

FORMAR PARA INCLUIR – A PROMOÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS ATRAVÉS DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO

Helena Luís

Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação
helenaluis@ese.ipsantarem.pt

Isabel Piscalho

Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação
isabel.piscalho@ese.ipsantarem.pt

Lia Pappamikail

Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação
lia.pappamikail@ese.ipsantarem.pt

Resumo

Neste artigo apresentamos os fundamentos, finalidades e estratégias de um projeto iniciado no ano letivo de 2014/2015 intitulado “Formar para Incluir” que propõe a promoção de práticas inclusivas através da formação em contexto de profissionais de educação de vários níveis educativos. Visamos intervenções inovadoras, sustentadas no conhecimento científico e na reflexão sobre a prática.

O projeto foi concebido por um grupo de docentes do Instituto Superior Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação de Santarém, no âmbito da missão do seu Centro de Apoio Pedagógico (CAP) e estabelecendo parceria com o Centro de Formação da Lezíria do Tejo. Foi submetida a candidatura e aprovado o financiamento pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Programa Gulbenkian Qualificação das Novas Gerações – Educação Especial 2014.

Palavras-chave: Inclusão; Formação em contexto; Pedagogia diferenciada.

Abstract

In this article we present the foundations, aims and general strategies of a project started in the academic year of 2014/2015 entitled "Training to include" and aimed at the promotion of inclusive practices through training in professional education context



of various educational levels and aiming at innovative interventions based on scientific knowledge and reflection on practice. This project was conceived by a group of teachers of Instituto Superior Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação de Santarém, in the framework and mission of its Centro de Apoio Pedagógico (Educational Support Center) and establishing partnership with the training Centre of Lezíria do Tejo. The application was submitted and funding was approved by the Calouste Gulbenkian Foundation, within the programme Qualification of new generations – special education 2014.

Keywords: Inclusion; Training in contexto; Differentiated pedagogy.

“Educar implica aceitar riscos, nomeadamente aqueles que envolvem desafios ligados à inovação, ao enriquecimento das práticas, ao que é (ainda) desconhecido.”

(César, 2003, p. 124)

Apresentação do Projeto “Formar para Incluir”

A proposta de desenvolvimento deste projeto resultou de um pedido formalizado pelo Centro de Formação de Professores da área geográfica de inserção da ESES (Escola Superior de Educação de Santarém) e resulta da necessidade identificada pelas Escolas de envolver, formar e capacitar todos os Educadores e Professores na promoção de praticas inclusivas nos seus grupos ou turmas.

Estabelecemos como prioritária a definição de uma rede de cooperação e suporte com profissionais das Escolas envolvidas, de forma a promover intervenções inovadoras e sustentadas no conhecimento científico mas também na reflexão sobre a prática. Ficou desde logo estabelecido que a formação a desenvolver não deveria ser proporcionada externamente por um conjunto de especialistas mas sim desenhada com a colaboração de todos, com as potencialidades já existentes nas Escolas envolvidas e a partir das reais necessidades identificadas.

Foram estabelecidas três linhas de intervenção e ação que nos pareceram numa primeira fase as que correspondiam ao pedido formalizado pelas Escolas:

- uma linha centrada nos pais e nos programas de intervenção precoce;
- uma linha envolvendo os profissionais de educação especial;
- e uma terceira linha envolvendo educadores de infância, professores do ensino regular e outros profissionais envolvidos na inclusão de crianças com necessidades educativas especiais.

Quisemos assim não apenas desenvolver uma ação de formação, mas sobretudo implementar, através dela, uma lógica de questionamento, intervenção e avaliação, isto é, de investigação centrada na prática, susceptível de configurar e alimentar quer a própria formação em contexto, quer uma rede de trabalho colaborativo entre profissionais que trabalham quotidianamente nas áreas da intervenção precoce, da educação especial e do ensino regular.

Pretende-se incluir uma lógica de investigação centrada na prática que alimente e permita o desenvolvimento da própria formação em contexto. Na sequência da avaliação do projeto pretende-se identificar boas práticas que permitam a replicação e disseminação a outras realidades.

Inclusão – “Novo” Paradigma Educativo

Falar em inclusão é falar de um novo paradigma em termos de educação, de uma nova concepção de escola, onde a igualdade de oportunidades e participação, a equidade educativa, a diversidade cultural, os valores de uma cultura de cooperação e de interajuda estão subjacentes a todas as práticas educativas.

A educação inclusiva representa a passagem de uma preocupação com um grupo específico para um combate às barreiras que se colocam à aprendizagem e à participação. Refere-se a uma vasta gama de estratégias, atividades e processos que visam tornar uma realidade os direitos universais para a qualidade, e uma educação relevante e adequada. Reconhece que a aprendizagem começa no nascimento e continua ao longo da vida, e inclui a aprendizagem em casa, a comunidade, em situações formais, informais e não formais. Procura permitir que as comunidades, sistemas e estruturas em todas as culturas e contextos combatam a discriminação, celebrem a diversidade, promovam a participação e superem as barreiras da aprendizagem e participação para todas as pessoas. Faz parte de uma estratégia mais vasta para a promoção do desenvolvimento inclusivo, com o objectivo de criar um mundo onde exista paz, tolerância, uso sustentável de recursos, justiça social, e



onde as necessidades básicas e direitos para todos se encontrem.

É sob este ideal inclusivo, em permanente difusão ao longo dos últimos anos, com conquistas sucessivas, que se ergue a escola contemporânea, sob a roupagem de “Escola Inclusiva” e com o lema de “Uma Escola para Todos”. Nesta escola de todos e para todos, defende-se o princípio fundamental de que os alunos, independentemente das suas singularidades pessoais e sociais, têm direitos, sendo a equidade educativa e a participação de todos na vida escolar, a base da pirâmide dos direitos reconhecidos como fundamentais (Correia, 2008).

A educação inclusiva vem, assim, colocar desafios à escola. Esta deve estar preparada para o reforço da sua ação e das suas equipas, aludindo para a existência de um único sistema educativo e não para a dualidade de sistemas – regular e especial -, reforçando a necessidade de capacitação de todos os professores para trabalharem com a diferença na sala de aula e na escola, no sentido de uma orientação flexível que contribua para uma melhoria na resposta a todos os alunos.

Um sistema de educação inclusivo deve estruturar-se e desenvolver-se de acordo com a diversidade de características das crianças e jovens, as diferentes necessidades ou problemas e, portanto, a diferenciação de medidas no sentido de promover competências universais que permitam a autonomia, sucesso e acesso à cidadania plena por parte de todos. O trabalho deve ser desenvolvido no sentido de promover a inclusão escolar de todos, incidindo sobre as suas potencialidades e capacidades, através de estratégias e recursos, que se baseiem no estabelecimento de uma organização escolar facilitadora dessas medidas e da cooperação entre professores.

De facto, o progresso educativo destas crianças depende da qualidade das adaptações ambientais, curriculares e estratégicas, dos recursos que são implementados e da articulação de saberes entre todos os membros que compõem a equipa educativa, de modo a responderem à diversidade de exigências de cada aluno.

A implementação de uma escola inclusiva pressupõe uma alteração da forma como a escola se organiza. Nesta visão paradigmática, o papel do professor presume trabalho em equipa, não só prévio, mas também durante o tempo em que decorre a aula, de forma a que as estratégias pedagógicas sejam cada vez mais harmonizadas à diversidades dos alunos. Torna-se óbvio que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais numa turma regular traz novos e possivelmente

difíceis problemas. Esses problemas só poderão ser ultrapassados num contexto em que há uma cultura de colaboração (Ainscow et al., 2012).

Segundo Correia (2008), os professores que desempenham as suas funções em escolas inclusivas “...colaboram e planeiam mais, aprendem novas técnicas uns com os outros, participam num maior número de formação, demonstram vontade de mudar e utilizam a diversidade de estratégias para ensinar os alunos...” (pp.23-24).

Na escola ideal, a inclusão seria um percurso em que o surgimento de um aluno com NEE não exigisse alterações substanciais das formas de funcionamento, porque pela sua diversidade, maleabilidade e adaptabilidade, a escola teria condições para que ele usufruísse plenamente desse contexto. Por tudo isto, mais do que falar de inclusão como se fosse um conjunto de tarefas, temos de encarar a vida dos indivíduos com limitações como um percurso, um caminho de inclusão, em que cada momento coloca desafios à família, à escola e aos professores, exigindo a reavaliação constante dos percursos e opções tomadas para criar/proporcionar ambientes e contextos verdadeiramente inclusivos, promotores de aprendizagens.

A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais (NEE), nas escolas regulares, pode ser um impulso importante para a aceitação mútua e a aprendizagem social. Segundo Stainback e Stainback (2008), o objetivo da inclusão não é apagar as diferenças, mas sim permitir que todos os alunos pertençam a uma comunidade educacional que valoriza a sua individualidade. Uns e outros têm a ganhar e a perder na trajetória a percorrer, mas o resultado final será decerto positivo para ambas as partes, uma vez que, “se, como dizia João dos Santos (...) só construímos a nossa identidade por contraponto à existência de outros que se distinguem de nós, então a inclusividade faz todo o sentido” (César, 2003, p.119).

A escola será, sem dúvida, um espaço mais rico de aprendizagem e parceira privilegiada na construção de uma sociedade mais solidária. E é nesta oportunidade de aprender o respeito e aceitação de cada um, na sua diferença e diversidade, e dando a todos oportunidades iguais, não esquecendo, obviamente, as necessidades individuais de cada um que poderemos construir uma escola verdadeiramente inclusiva.

É importante que os diferentes agentes tenham consciência que estão a trilhar um caminho que não é óbvio nem simples. Uma escola de qualidade constrói-se com a participação ativa de todos, sendo que compete a cada um de nós participar



ativamente na melhoria das condições e interações no contexto educativo, no sentido de fomentar a qualidade e a inovação educativa. Esta ideia apresenta-se como um repto às escolas como instituições educativas, na medida em que são necessárias infraestruturas específicas, mas também representa um desafio aos professores que carecem de formação especializada (na formação inicial e contínua) nesta área. O “esforço” feito na Educação Inclusiva é indubitavelmente um “esforço” que se repercute na qualidade total do sistema educativo, que promova o sucesso e acesso educativo. Um sistema que só será verdadeiramente de qualidade quando “ninguém for deixado para trás”.

Metodologia e Procedimentos

Se considerarmos apenas o grupo profissional dos docentes e a área de abrangência do Centro de Formação da Lezíria do Tejo e os 7 Agrupamentos pertencentes ao Ministério da Educação, os docentes potencialmente envolvidos estão distribuídos da seguinte forma: Educadores de Infância (101), Professores do 1.º e 2.º ciclo (236), Educadores e Professores envolvidos na Educação Especial e na Intervenção Precoce (76). Considerámos ainda como população alvo potencial, familiares de crianças envolvidos na intervenção precoce e outros profissionais de crianças e jovens envolvidos na educação especial. Na primeira fase de desenvolvimento do projeto, começamos com uma oficina de formação com três docentes de cada Agrupamento e de diferentes níveis educativos, com e sem especialização na área das necessidades educativas especiais. Resultou um conjunto de 21 docentes, com quem organizámos o primeiro grupo de formação/ reflexão.

Na lógica da formação como um processo investigativo centrado na prática, a metodologia de formação centra-se essencialmente na formação em contexto, sobretudo na modalidade de oficina de formação, e com dois tipos de objetivos: compreender as culturas profissionais no âmbito da educação especial e alterar algum aspecto da prática, uma vez identificada e estabelecida a necessidade dessa mudança. Tendo em atenção que se pretende implementar uma metodologia de trabalho colaborativo e reflexivo em relação às práticas pedagógicas e que é através da reflexão de/na ação que a aprendizagem se torna significativa, uma primeira oficina de formação foi desenhada com essa componente reflexiva e colaborativa forte com o primeiro grupo de docentes. Serão assim privilegiados momentos nos quais os educadores e professores terão oportunidade de confrontar e refletir sobre práticas



desenvolvidas nos seus contextos escolares no âmbito da inclusão das crianças e jovens.

Do mesmo modo pretendeu-se promover uma metodologia de trabalho colaborativo extensível às sessões de trabalho autónomo dos formandos, essencial na construção das propostas de implementação de novas formações ou dos materiais a produzir e potencializando os saberes e recursos do próprio grupo.

A oficina de formação organiza-se em sessões presenciais nas quais os formandos se encontram para trabalhar em conjunto sob a supervisão dos formadores (1.ª e 3.ª Fases) e por uma componente de trabalho autónomo (não presencial) em que cada participante desenvolverá nos seus contextos de prática, e em colaboração com os pares, os materiais a produzir sendo implementada uma possibilidade de interação à distância com os pares e os formadores através da plataforma de ensino à distância da ESES (2.ª Fase). Assim, a oficina dividir-se-á em três fases:

- 1.ª Fase – Reflexão sobre potencialidades e necessidades de cada contexto e identificação de boas práticas a implementar
- 2.ª Fase – Trabalho colaborativo para construção dos materiais de formação visando a modificação das práticas
- 3.ª Fase – Análise/discussão/reflexão, em que se avaliarão os resultados obtidos para a formação nos seus contextos.

No final deste processo, a discussão das investigações e práticas desenvolvidas por estes formandos serão divulgadas nos contextos respectivos bem como desejavelmente em Encontros Educativos e revistas de carácter profissional.

Resultados Esperados e Efeitos a Produzir

Sendo que o principal objectivo do projeto é a promoção de práticas inclusivas, de modo sustentado:

- i) no levantamento das competências e necessidades reais, em cada contexto;
- ii) na construção de conhecimento pelos próprios agentes no terreno, a partir da atualização científica e da análise reflexiva da prática;

pretende-se não apenas desenvolver uma ação de formação, mas sobretudo implementar, através dela, uma lógica de questionamento, intervenção e avaliação,



isto é, de investigação centrada na prática, susceptível de configurar e alimentar quer a própria formação em contexto, quer uma rede de trabalho colaborativo entre profissionais que trabalham quotidianamente nas áreas da intervenção precoce, da educação especial e do ensino regular.

Deste modo pretende-se que no final da primeira oficina de formação:

- sejam desenhadas modalidades formativas a desenvolver no contexto das Escolas participantes, visando a promoção de práticas inclusivas e intervenções inovadoras sustentadas no conhecimento científico e na reflexão sobre a prática;
- sejam construídos materiais de apoio à formação nesta área que permitam a replicação e disseminação a outras realidades e aos contextos dos primeiros participantes.

A metodologia de formação a implementar, numa segunda fase e nos diferentes contextos, será construída e decidida entre todos os participantes sendo que os resultados esperados no final do projeto são os seguintes:

- A avaliação das dificuldades e problemas de inclusão das crianças com necessidades educativas especiais no âmbito das escolas da área de formação;
- O apoio à realização de iniciativas que permitam responder a necessidades de formação identificadas e facilitar a superação dos problemas descritos pelos profissionais;
- O estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de projetos de inovação pedagógica a implementar nos locais de trabalho em colaboração com docentes da ESES;
- O apoio à realização de investigação centrada na prática docente;
- A disponibilização de materiais de apoio e suporte da prática com crianças com necessidades educativas especiais;
- A partilha de resultados e das boas práticas no âmbito da educação especial e da inclusão das crianças com necessidades educativas especiais.

Considerações Finais

Para além do âmbito restrito da educação especial, a educação inclusiva é assumida por nós como princípio orientador de políticas e estratégias que visem

eliminar os obstáculos que se colocam a que todos tenham acesso à escola e nela encontrem as condições para realizar o seu processo de aprendizagem.

Nas primeiras reflexões realizadas com os participantes neste projeto, pudemos identificar desde já alguns aspetos favoráveis ao desenvolvimento de uma Educação de qualidade para Todos. Esses aspetos podem ser resumidos da seguinte forma:

- reconhecimento e valorização da diversidade, como um elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem;
- investimento das estruturas intermédias e dos órgãos diretivos na orientação do funcionamento da Educação Especial;
- professores mais conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos;
- boa articulação entre professores e técnicos de diferentes áreas;
- integração efetiva dos alunos com necessidades educativas especiais na vida diária da escola, promovendo a sua participação em atividades interdisciplinares e de cariz cultural e social;
- participação de todos os alunos no processo de inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas individuais;
- criação de projetos inovadores por exemplo de construção de material didático envolvendo todos os alunos e para todos os alunos;
- cooperação entre os implicados no processo educativo - dentro e fora da escola;
- investimento no desenvolvimento de parcerias e de protocolos, que tem possibilitado a execução de respostas educativas da Educação Especial.

Porém, algumas problemáticas e necessidades foram, também, identificadas:

- verifica-se a necessidade de maior investimento no planeamento de mecanismos de monitorização e de autorregulação da Educação Especial;
- ainda que sejam promovidas ações de formação/sensibilização, não são suficientemente aproveitados os recursos humanos para a dinamização da formação interna, quer para docentes de Educação Especial, quer para outros docentes do ensino regular, assim como para assistentes operacionais e para pais e encarregados de educação;
- existe a necessidade de trabalhar mais com todos os alunos no sentido de os sensibilizar para a diferença e para a inclusão;



- necessidade de trabalhar de forma cooperativa e com a participação dos alunos ao nível das estratégias de sala de aula;
- persiste também a falta de formação na gestão flexível do currículo e na implementação de estratégias que permitam a diferenciação pedagógica;
- o uso frequente do manual como estratégia de ensino dificulta o processo de diferenciação e inclusão para alunos com necessidades específicas;
- existem algumas barreiras relacionadas com a falta de recursos humanos especializados e com o sistema de colocação de professores;
- o tamanho das turmas onde alunos com NEE estão incluídas é também mencionado como um constrangimento à implementação de uma pedagogia diferenciada;
- o número de alunos com necessidades educativas especiais em cada grupo/ turma excede frequentemente o estabelecido na legislação, o que dificulta o processo de inclusão;
- o processo de decisão da elegibilidade de alunos para a Educação Especial é uma área crítica tal como os tempos de referenciação que, por vezes, dificultam a organização do trabalho ao nível das turmas;
- continuam a existir algumas lacunas na consecução dos Programas Educativos Individuais (PEI) dentro dos prazos e com os intervenientes legalmente estabelecidos;
- os conselhos de turma/docentes nem sempre estão suficientemente envolvidos na elaboração e na adoção das medidas individuais;
- as adequações curriculares são frequentemente objeto de dúvida e controvérsia entre os professores dando origem a concepções e práticas muito diversas;
- do mesmo modo, as planificações de curto prazo nem sempre expressam claramente as estratégias, as adaptações curriculares, as atividades, os tempos de execução e os responsáveis pela sua implementação, para melhor adequar as respostas educativas específicas e diferenciadas;
- quanto à monitorização e avaliação dos PEI, se existem escolas em que o processo é bem conduzido, em outras verifica-se a necessidade de maior

atenção e consolidação do mesmo;

- verifica-se a necessidade de os relatórios circunstanciados serem mais precisos e detalhados e implementados de forma mais sistemática;
- existe ainda alguma desarticulação entre a educação especial e a intervenção precoce, não sendo claro os papéis e funções respetivas resultando em práticas muito diferentes em cada escola e resultando por vezes em falta de apoio adequado para algumas crianças e famílias.

Nestas circunstâncias, poderemos sintetizar que apesar da política pública de educação especial, nas suas grandes linhas de orientação, ser coerente com os princípios da inclusão educativa, as condições em que se realiza a educação de alunos/as com necessidades educativas especiais carecem de melhorias significativas. Do mesmo modo podemos certamente afirmar que apesar do caminho realizado ainda necessitamos de mais formação para uma verdadeira diferenciação que possibilite a aprendizagem de todos os alunos.

Referências Bibliográficas

- Ainscow, M., Dyson A., & Weiner, S. (2012). *From exclusion to Inclusion. A review of international literature on ways of responding to students with special needs in schools*. Berkshire: CfBT.
- César, M. (2003). A Escola Inclusiva Enquanto Espaço-tempo de Diálogos de Todos para Todos. In David Rodrigues (Org.). *Perspectivas Sobre a Inclusão. Da Educação à Sociedade* (pp. 117-149) . Porto: Porto Editora.
- Correia, L. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais*. Porto: Porto Editora.
- Stainback, S., & Stainback, W. (2008). *Inclusão. Um Guia para Educadores*. Porto Alegre: Artmed.